

A POLÍTICA EXTERNA AMERICANA: OS DESAFIOS GEOPOLÍTICOS DOS MANDATOS DE BARACK OBAMA

THE AMERICAN FOREIGN POLICY: THE GEOPOLITICAL CHALLENGES OF THE BARACK OBAMA'S ADMINISTRATION

Ruth Elisa Correia da Fonseca da Costa Deus

Doutora em Relações Internacionais

Investigadora Associada do CID/IUM

Lisboa, Portugal

rcostadeus@gmail.com

Resumo

Como se de uma lei natural se tratasse, em cada século emerge um país, um grupo de países ou uma região, com o poder, a vontade e o ímpeto intelectual e moral para moldar o sistema internacional no campo da defesa e da segurança e de acordo com os seus próprios valores. Os EUA são definitivamente esse país. Assim, perante um mundo em mudança, onde acontecimentos com grande impacto parecem ser a marca que caracteriza o primeiro quartel deste século, olhar com mais atenção para a Política Externa e respectivos desafios geopolíticos de um dos poucos Estados que, no nosso entender, ainda mantém o estatuto de “Grande Potência” parece-nos essencial, já que se trata de um país que continua a condicionar a agenda internacional e a determinar o passo dos acontecimentos internacionais.

Palavras-Chave: Política Externa, EUA, Partido Democrata, Segurança, Defesa, Globalização

Abstract

How is a natural law it were, in every century emerges a country, a group of countries or a region, with the power, the will and the intellectual and moral impetus to shape the international system in the field of defense and security and according to their own values.

Como citar este artigo: Deus, R., 2016. A Política Externa Americana: Os Desafios Geopolíticos dos Mandatos de Barack Obama. *Revista de Ciências Militares*, maio de 2016 IV (1), pp. 367-393.
Disponível em: <http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes>.

The US is definitely this country. Against the backdrop of a changing world, where events with a major impact seems to be the brand that characterizes the first quarter of this century, look harder for Foreign Affairs and its geopolitical challenges of one of the few states that, in our view, still retains the status of “Great Power” seems to us essential, since it is a country that continues to condition the international agenda and determining the pace of international events.

Keywords: Foreign Policy, USA, Democrat Party, Security, Defense, Globalization

1. Breve Nota Introdutória

Durante o período da Guerra Fria o ambiente internacional era muito mais simples que os tempos de hoje. Os objectivos em matéria de segurança nacional eram muito mais claros e pouco ambíguos. Garantir a soberania individual dos Estados era a principal preocupação, um objectivo que acabava temperado pela actuação e pela força moral de organizações internacionais como as Nações Unidas ou através do envolvimento em alianças tradicionais como a NATO/OTAN e o Pacto de Varsóvia.

A influência de actores não estatais sejam organizações não-governamentais, organizações privadas de voluntários, grupos terroristas, cartéis de droga, sindicatos internacionais de crime ou outros, ainda era limitada. Mas tudo mudou quando o “Muro de Berlim” foi finalmente derrubado em 1989. Se até aqui as rivalidades entre as duas grandes potências de então inibiam a acção de actores regionais ou a ambição de *players* não estatais, o colapso da União Soviética em 1991 saldou-se em profundas transformações para um sistema internacional que durante mais de quatro décadas governou o mundo. Do dia para a noite a tradicional ameaça comunista tinha deixado de existir. Em resultado desta mudança, os EUA e os seus aliados foram forçados a alterar o foco das suas atenções, ao mesmo tempo que emergia a interdependência de uma economia global acompanhada de revoluções ao nível da sociedade de informação e comunicações, provocando a erosão do tradicional conceito de soberania.¹

Ao contrário do que se poderia pensar, o fim do período da Guerra-Fria não trouxe a acalmia esperada e desejada. Os acontecimentos que se lhe seguiram, com especial relevo para o evento mais relevante do início do séc. XXI – o 11/9, que viria a ser determinante para o delinear da nova estratégia de segurança nacional norte-americana para este século,

¹ Sobre o tema da globalização, Cfr. ERIKSEN, Thomas H., *Globalization – The Key Concepts*, Berg Publishers, Oxford/ New York, 2007, JARVIS, Darryl S. L., Ulrich Beck, *Globalization and the Rise of the Risk Society: A Critical Exegetic Analysis*, Lee Kuan Yew School of Public Policy, National University of Singapore, July 2008, MARTELL, Luke, *The Third Wave in Globalization Theory*, in *International Studies Review*, 9, 173-196, Blackwell Publishing, 2007, MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, 8ª edição, Editora Almedina, 2014, RODRIGUES, Teresa, *Globalização, População e Ambiente*, Instituto de Altos Estudos, Instituto de Estudos Académicos para Seniores, Academia das Ciências, Lisboa, 25 pp., Lisboa, 2012, SANTOS, BOAVENTURA SOUSA, *Globalizations*, in *Theory*, Culture & Society, 23, 393, SAGE Publications, 2006.

forçaram o país a entrar em novos conflitos² e a assumir novos compromissos no estrangeiro longínquo.

Passada uma década e perante um mundo em mudança, onde acontecimentos com grande impacto parecem ser a marca que caracteriza o primeiro quartel deste século, olhar com mais atenção para a Política Externa³ de um dos poucos Estados que, no nosso entender, ainda mantém o estatuto de “Grande Potência” parece-nos essencial, já que se trata de um país que continua a condicionar a agenda internacional e a marcar o passo dos acontecimentos, seja através do seu envolvimento directo nos mesmos, seja através da actuação de *proxies* nas regiões onde os eventos estejam a ocorrer.

Torna-se, pois, evidente que os EUA configuram um modelo de sucesso, cujo núcleo duro da sua política externa alcançou uma supremacia sobre todas as outras formas político-económicas e sociais de entender o mundo, tornando-se ele próprio um modelo hegemónico seguido de perto por grande parte de actores da Comunidade Internacional. O mesmo é dizer que se trata de um Estado com um grande território, com uma grande população e que ao longo de mais de dois séculos de existência, enquanto Federação, sempre procurou concretizar essas aspirações expansionistas⁴.

Como se de uma lei natural se tratasse, em cada século emerge um país, um grupo de países ou uma região, com o poder, a vontade e o ímpeto intelectual e moral para moldar o sistema internacional no campo da defesa e da segurança e de acordo com os seus próprios valores. Os EUA são definitivamente esse país, apenas para o conseguir e, parafraseando Loureiro dos Santos no seu livro “Reflexões sobre Estratégia VII – Tempos de Crise”, “*têm como objectivo nacional permanente criar condições para que não se venha a desenvolver em qualquer parte do mundo um actor (Estado ou coligação de Estados) suficientemente poderoso para colocar em causa a sua posição dominante na ordem internacional*”⁵.

Os EUA têm, assim, se socorrido de um modelo cultural, que inclui o designado *American way of life*⁶ apoiado numa língua global, uma economia forte que na última década sofreu um forte revés, à semelhança de outros actores internacionais, e de um poder militar que continua a destacar-se sobre os demais, visto como o garante de alguma estabilidade para parte da Comunidade Internacional, suportado em gastos avultados de verbas (públicas e

² Sobre estes conflitos, Cfr. LOUREIRO DOS SANTOS, José Alberto, *A Ameaça Global – O Império em Cheque*, Publicações Europa-América, Lisboa, 2008, e *As Guerras que já aí Estão e as que Nos Esperam se os Políticos não mudarem*, Publicações Europa-América, Lisboa, 2009.

³ Para uma abordagem introdutória sobre o tema, ver a propósito MARQUES DOS SANTOS, Victor, *Elementos de Análise de Política Externa*, ISCSP-UTL, Lisboa, 2012 e COSTA DEUS, Ruth, *A Política Externa Americana e a Europa – Dos Primórdios ao Final do Século XX*, Editora Autonomia 27, Lisboa, 2004.

⁴ Ver a este propósito as reflexões de CHOMSKY, Noam, *Hegemonia ou Sobrevivência – O Sonho Americano de Domínio Global*, Editorial Inquérito, Lisboa, 2003, LOUREIRO DOS SANTOS, José Alberto, *A Idade Imperial – A Nova Era*, Publicações Europa-América, 6ª edição, Lisboa, 2003 e KISSINGER, Henry, *Precisará a América de Uma Política Externa – Para uma Diplomacia do Século XXI*, Editora Gradiva, 1ª edição, Lisboa, 2003.

⁵ Cfr. LOUREIRO DOS SANTOS, José Alberto, *Reflexões sobre Estratégia VII – Tempos de Crise*, Ed. Diário de Bordo, Lisboa, 2014, p. 30.

⁶ Cfr. a este propósito TOCQUEVILLE, Alexis de, *Da Democracia na América*, Relógio D'Água Editores, Lisboa, 2008. A propósito de questões recentes, ver também, KENWORTHY, Lane, *America's Social Democratic Future*, in *Foreign Affairs*, January/February, vol. 93, Nº 1, New York, 2014.

privadas) que lhe têm permitido manter uma posição de “*charneira*” e estar presente em várias partes do globo em simultâneo⁷.

A partir destas premissas, e tendo presente uma base de investigação baseada na hermenêutica e na fenomenologia onde para além da compreensão e interpretação de textos, procura-se compreender, descrever e interpretar os fenómenos percecionados. Trata-se de recorrer a uma investigação descritiva/interpretativista, recorrendo à técnica da observação empírica dos dados para posterior análise e aprofundamento do conhecimento da realidade objecto da investigação.

O artigo centra-se, assim, no estudo de caso sobre a Política Externa Norte-americana no período dos dois mandatos do Presidente Barack Obama (eleito em 2008), começando por fazer uma caracterização dos aspectos estruturantes que têm influenciado o processo de decisão diplomático nos EUA. O estudo prossegue com uma descrição acompanhada de interpretação dos acontecimentos ocorridos no decurso do período tratado, como forma de fornecer um conhecimento empírico que procura construir uma teoria/interpretação do assunto objecto da investigação, a todo o tempo refutável, dadas as contingências da realidade envolvente, que o capítulo Efeitos para o Sistema Internacional: Considerações Finais procura verter.

Relativamente à pesquisa bibliográfica socorremo-nos de obras de autores nacionais e estrangeiros, artigos de opinião e dados recolhidos de índices internacionais de forma a melhor podermos enquadrar, desenvolver e tecer as considerações julgadas necessárias sobre o tema escolhido. A pesquisa não será certamente exaustiva, mas procura abarcar obras de referência e estruturantes sobre o assunto, ao mesmo tempo que se recorre a ensaios recentes que nos permitem identificar as *nuances* que caracterizam a Política Externa da actual Administração.

2. Aspectos Estruturantes que Influenciam o Processo de Decisão Diplomática

Quando se fala em “Civilização do tipo Ocidental”⁸ e do seu legado pretende-se identificar um conjunto de atitudes fundamentais erigidas em valores dominantes, uma atitude absoluta, uniforme e “intolerante”, que também tem conhecido ora momentos de desencanto ora de espírito missionário, épocas de certeza ou de dissidência. Perante este legado, fora e dentro dos Estados que lhe dão corpo, a alternativa é o modo de vida.

⁷ Ver a respeito BADIE, Bertrand, VIDAL, Dominique (Dir.), *Puissances D’Hier et de Demain*, Éditions La Découverte, Paris, 2013; CHOMSKY, Noam, *Mudar o Mundo*, Bertrand Editora, Lisboa, 2014; CLINTON, Hillary R., *Escolhas Difíceis*, Editora Dom Quixote, Lisboa, 2015; FRIEDMAN, George, *The Next 100 Years – A Forecast for the 21st Century*, Random House, New York, 2009; RODELAS, Javier Redondo, *Presidentes de Estados Unidos – De Washington a Obama, la historia norteamericana a través de los 43 inquilinos de la Casa Blanca*, La esfera de los Libros, Madrid, 2015; GOLBERG, Jeffrey, *The Obama Doctrine – How he’s shaped the world* in *The Atlantic Review*, April 2016, p.72-90.

⁸ Sobre uma leitura contextualizada a respeito do tema, ver HUNTINGTON, Samuel P., *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, Editora Gradiva, Lisboa, 1999 e MEARSHEIMER, John J., *A Tragédia da Política das Grandes Potências*, 1ª edição, Editora Gradiva, 2007.

É precisamente sobre um certo modo de vida, um modelo assente num poder considerado pelo seu povo como excepcional, superior, cujos pilares continuam a residir numa forma de capitalismo (mais ou menos regulado, consoante as épocas) e de democracia que, os EUA, seguros das suas potencialidades e da eficácia do seu arquétipo político procuram influenciar a vida internacional, coordenando internacionalmente uma estratégia global.

Perante um modelo onde as contradições internas permanentes que têm reflexo evidente na formulação como princípios estruturantes da Política Externa do país ao longo dos tempos, como sejam a existência de *um nacionalismo isolacionista* perante a vocação para a *liderança internacional*, a defesa dos *princípios da liberdade* e de *não-discriminação*, em confronto com os *conflitos de origem étnica* e com a *tendência para a plutocracia*, o sentido de *pragmatismo* e da *“realpolitik”* e o *fundamento ético-religioso da sua cultura*, a defesa de um *evolucionismo histórico relativo* e a *sucessão alternativa de Administração do Estado* ou, ainda, o *primado do económico* e a *urgência do político*, as decisões diplomáticas não deixam de espelhar igualmente a influência de agentes preponderantes na vida política e económica do país. Com efeito, a alternância política (Democratas vs Republicanos) das Administrações⁹ não está imune ao apoio popular, tornando-se este o melhor meio do Chefe do Executivo subjugar um Congresso, por vezes “pouco dócil” às suas iniciativas legislativas. Todavia, ao querer aparecer demasiadamente como mandatário do povo, corre o risco de alienar o corpo eleitoral e de sacrificar ao humor da opinião pública a elaboração da sua política externa. As contradições entre as exigências da diplomacia e as da política interna são, assim, frequentes¹⁰.

Desta forma, num qualquer “ciclo quadrienal”, os Presidentes americanos podem ser confrontados com problemas que obrigam as Administrações a apresentar posturas tão díspares durante o primeiro e segundo mandatos. Na realidade, a política “bipartidária” triunfa no Congresso, em matéria diplomática, mas em detrimento de uma definição firme e clara das grandes opções. A própria elaboração e aplicação das linhas orientadoras da Política Externa estão fraccionadas entre as múltiplas áreas das Administrações, cujas competências se entrecruzam: desde o Departamento de Estado, ao Departamento da Defesa, ao Conselho Nacional de Segurança, e no terreno, a actividade das Embaixadas e da CIA.

A par das diferentes vicissitudes, será de acrescentar a circunstância do processo de formulação e de execução da política externa ser demasiado intrincado, resultante da magnitude dos problemas que se lhe apresentam e da pluralidade de forças que concorrem como centros de decisão. Além disto, o país que continua a concorrer directamente com os EUA pela liderança do sistema internacional, no passado recente, a União Soviética, substituída hoje por um território não tão vasto, a Federação Russa, detém, no quadro

⁹ A este propósito, ver o detalhe com que Henry KISSINGER no seu livro *Diplomacia*, expõe as *nuances* das diferentes administrações democráticas e republicanas, ao longo da história diplomática dos Estados Unidos.

¹⁰ A título de exemplo sobre as contradições referidas, ver TOOZE, Adam, *The Deluge – The Great War and the Remaking of Global Order 1916-1931*, Penguin, 2014.

da política internacional, a iniciativa de acção dentro de um plano estratégico de linhas gerais de orientação. Esta acção estratégica é caracterizada pelo expansionismo e pelo uso concreto de forças próprias e das fraquezas dos adversários.

Será por isto, que analisar a política externa dos EUA implica atermo-nos às suas épocas de afirmação e retracção, como elemento essencial para a sua compreensão e também as acções e orientações dos seus adversários. Assim, de há mais de dois séculos a esta parte, a Federação Americana tem oscilado entre a *vocação isolacionista*, suspeitosa do benefício e da bondade de intervenções extracontinentais e consolidada pelo complexo de superioridade crescentemente fundamentável, ao qual já foi atribuído o epíteto de “síndrome de Paraíso Perdido”, e a tendência para a liderança regional e global, *vocação expansionista ou de cruzada*, envolvida pelo reconhecimento de uma supremacia geral de capacidades e de recursos, que aos EUA

A política externa americana caracteriza-se, assim, por ciclos, que espelham a predominância de uma ou de outra tendência na definição das suas relações com o exterior, numa dada situação em que esteja envolvida. A evolução territorial, demográfica, económica, militar e tecnológica desta “grande potência”, e a alteração das relações de força a nível internacional são factores responsáveis pela variação da sua resposta, tendo presente que a decisão diplomática é caracterizada pelo permanente revisionismo e, em determinadas circunstâncias, pela acção por reacção, aos acontecimentos que a rodeiam.

3. A Política Externa Americana Durante as Administrações de Barack Obama

Segundo o primeiro Secretário de Estado norte-americano, Thomas Jefferson (1790-1793), *a construção da política externa americana tem-se revelado um exercício de corda bamba, balançando desigualmente entre continuidade e mudança* (CLINTON, 2015, p. 55).

Escrever, por isso, sobre a Política Externa durante a Administração Obama trata-se de uma tarefa laboriosa, já que é necessário ter em consideração sobre em quem recai a escolha do Chefe do Executivo para liderar a diplomacia do país neste final do primeiro quartel do séc. XXI. A tarefa torna-se mais intrincada se atendermos ao facto de a liderança da equipa responsável por esta missão ter mudado do primeiro para o segundo mandato, podendo porventura significar algumas mudanças de estilo na forma como a estratégia é implementada. Com efeito, entre 2009 e 2013 a responsável pelo Departamento de Estado e pela USAID (Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional) foi a Senadora e candidata presidencial pelos democratas, Hillary R. Clinton, tendo-lhe sucedido como 68º Secretário de Estado, aquando da reeleição do Presidente Obama em 2012, o Senador democrata John F. Kerry, também ele ex-candidato presidencial pelo partido democrata em 2004 e, aquando da sua nomeação, Presidente da Comissão do Senado para as Relações Internacionais.

a. O Período do 1º Mandato: A Acção da Secretária de Estado Hillary Rodham Clinton (2009-2013)

De rival durante as primárias da campanha para a Presidência dos EUA, Hillary Clinton, passou a escolhida pelo Presidente Obama para integrar o mais importante lugar do gabinete presidencial, quarto na linha de sucessão à presidência. A argumentação desenvolvida pelo Presidente para a convencer a aceitar o cargo passou por explicar que enquanto Presidente teria que dedicar toda a sua atenção e tempo à crise económica que assolava o país e, deste modo, precisaria de alguém com prestígio para o representar no estrangeiro. Segundo o mesmo, os EUA encontravam-se numa situação difícil, tanto internamente como no estrangeiro. Precisava, por isso, de um Secretário de Estado que pudesse intervir de imediato a nível mundial e começasse a reparar os estragos que os EUA *“tinham herdado”*. E foi assim que Hillary Clinton acabou por aceitar o lugar e por termo ao “drama Obama-Clinton”, criado durante a campanha presidencial e alimentado nos jornais durante algum tempo.

Assim, nas primeiras páginas do seu livro *Escolhas Difíceis*, Hillary Clinton começa por relevar a posição manifestada publicamente, pouco tempo antes da tomada de posse do novo Presidente, em Janeiro de 2009, do historiador de referência, Paul Kennedy, para demonstrar como o mundo percepcionava o poder dos EUA naquele momento da História: adjectivava o período como o do “declínio do poder americano”, uma crítica que fez o seu caminho durante os anos de 2008 e 2009, eu diria mesmo que se prolongou ainda por 2010 e 2011. No artigo que escreveu para o Wall Street Journal, Paul Kennedy *aponta o dedo desta situação à subida da dívida que, juntamente com o duro impacto da Grande Recessão e o esforço “imperial” para apoiar as guerras no Iraque e no Afeganistão, vinham a causar o declínio do poder americano* (CLINTON, 2015, p. 48).

Para o historiador, a América tinha perdido o lugar de líder global incontestável, usando uma analogia que descreve bem a situação: *“Um caminhante atlético, equilibrado e saudável é capaz de carregar uma mochila pesada numa subida durante algum tempo. Mas se o caminhante perde as forças (os problemas económicos) e o peso da mochila se mantém ou até aumenta (a doutrina Bush), se o terreno se torna penoso (advento dos novos poderes, o terrorismo internacional, o colapso de alguns países) então o caminhante atlético e saudável abrande e tropeça. É nesta altura que outros caminheiros menos carregados e mais ágeis se aproximam, e provavelmente passam à frente”* (CLINTON, p. 48).

Hillary Clinton incluiu-o nos “arautos da desgraça” que falavam sobre o momento que o país estava a atravessar no primeiro quartel do séc. XXI. Entendeu que *cada vez que os EUA tinham que enfrentar um desafio, fosse guerra, depressão ou competição global, os americanos levantaram-se para confrontar o que tinham pela frente com criatividade e trabalho árduo*. Estava, assim, dado o mote da nova Secretária de Estado, para quem considerava que seria pouco inteligente o mundo apostar contra os Estados Unidos. Segundo a mesma, os analistas do momento tinham desvalorizado características do país, como a capacidade de resiliência e de reinvenção, com forças militares consideradas umas das mais poderosas em todo o mundo, o facto de ser uma das maiores economias do globo, ter uma

capacidade de influência levada a cabo por um aparelho diplomático incomparável, ainda o papel das universidades na definição de padrões educacionais, o facto de valores como a liberdade, igualdade e oportunidade continuarem a atrair pessoas de todo o mundo ao país e, ainda, quando os EUA necessitam de resolver um problema em qualquer lugar do mundo, terem “*centenas de amigos e aliados com os quais pode contar*” (CLINTON, p. 49).

O ambiente internacional em que Hillary Clinton inicia as suas funções não era o mais favorável para os interesses da América. Por este facto, e sob o lema “*manter a América segura, forte e próspera*” o que implica um conjunto infinito de escolhas, muitas das quais surgem com informações deficientes e imperativos contraditórios, a Secretária de Estado e a sua equipa são levados a dividir os desafios que teriam que lidar nos quatro anos seguintes em três categorias: os problemas que esta Administração herdou, que incluíam duas guerras e uma crise financeira global; os acontecimentos novos, frequentemente inesperados e ameaças emergentes, que vão desde as “*areias movediças*” do Médio Oriente às águas turbulentas do Pacífico e ao território não cartografado do ciberespaço; e as oportunidades apresentadas por um mundo cada vez mais interligado pela globalização.

A partir destas premissas a chefe da Diplomacia norte-americana enceta a tarefa de redireccionar a política externa americana em torno do que designou como “*poder inteligente*”. Segundo a própria, para os EUA terem sucesso no séc. XXI precisam de integrar os meios tradicionais da Política Externa – diplomacia, ajuda externa ao desenvolvimento e força militar – com o recurso à energia e às ideias do sector privado ao mesmo tempo que capacitam os cidadãos, especialmente os que solucionam problemas, vulgarmente conhecidos como sociedade civil.

Com efeito, durante décadas designou-se os instrumentos de Política Externa como o “*Hard Power*” (poder duro) das Forças Armadas, ou o “*Soft Power*” (poder suave) da influência diplomática, económica, humanitária ou cultural. A Administração Obama procurou quebrar a influência deste paradigma, que entendeu ultrapassado, e abranger todos os elementos da política externa americana, socorrendo-se de todos em estreita colaboração uns com os outros. Assim, além do habitual trabalho com a negociação de tratados e a participação em conferências diplomáticas, foi necessário enfrentar activistas na comunicação social, traçar rotas de gasodutos, reduzir as emissões de carbono, incentivar a participação política de grupos marginalizados, defender os direitos humanos universais e patrocinar regras económicas para o caminho comum da humanidade. Para a Administração Obama a habilidade para desempenhar estas tarefas revelaria a medida decisiva do poder nacional dos EUA.

A mudança preconizada leva assim a Administração Obama a integrar um conceito recente, conhecido como “*poder inteligente*” (Smart Power), sussurrado há já alguns anos nos meios políticos de Washington e utilizado pelo professor de Harvard, Joseph Nye, entre outros, resgatado agora por esta Administração e entendido como a “*utilização, em cada situação, de uma combinação acertada de ferramentas diplomáticas, económicas, militares, políticas, legais e culturais*” (CLINTON, p. 57). Com efeito, segundo a própria,

o objectivo deste poder inteligente e do seu alargamento a outros assuntos, tais como tecnologias, parcerias público-privadas, energia, economia, para além das atribuições habituais do Departamento de Estado, era o de complementar as ferramentas e as prioridades tradicionais da diplomacia. Mas para esta Administração, complementar não implicou substituir. Cada recurso teria que apoiar os desafios, por muito grandes e difíceis que fossem, da segurança nacional.

Hillary Clinton recorreu, ainda, às experiências dos seus antecessores para se inspirar. Foi buscar os ensinamentos do General George Catlett Marshall, herói da II Guerra Mundial que serviu como Secretário de Estado e Secretário da Defesa no governo do Presidente Truman. Para este militar a segurança e a prosperidade da América dependiam de bons aliados, que compartilhassem os interesses dessa mesma América e comprassem os seus produtos. Ele sabia que os EUA tinham a responsabilidade e a oportunidade para dirigir o mundo, portanto, os novos desafios só poderiam significar novas oportunidades de liderança. Sob estes auspícios, Marshall e Truman lançaram um ambicioso plano para reconstruir os países devastados da Europa e, ao mesmo tempo, afastar a disseminação do comunismo. Através do poder militar, económico, diplomático, cultural e moral, os EUA atravessaram fronteiras para obter o apoio bipartidário e o empenho de governantes, empresários, sindicalistas e académicos, para além da necessidade de terem que explicar ao Povo americano estes objectivos.

É a partir destas referências que a actual Administração define o rumo a tomar pela nova Política Externa, a começar pelo sinal dado aquando da escolha do destino da primeira viagem a realizar pela sua equipa diplomática. Normalmente considerada como a viagem que aponta a direcção da estratégia em matéria de política externa, Hillary Clinton tem como primeira tarefa reafirmar a América como uma potência do Pacífico, sem iniciar um confronto, considerado desnecessário, com a China. Decidem, deste modo, dedicar a primeira viagem a três objectivos: visitar os principais aliados na Ásia, a começar pelo Japão, seguindo-se a Coreia do Sul e estabelecer laços com a Indonésia, um país emergente, potência regional também em ascensão e sede da ASEAN, e dar início a um envolvimento mais profundo com a China. Segundo esta Administração, a América precisava de fazer chegar à Ásia e ao mundo a mensagem de que estavam de novo presentes na região.

As razões desta opção não são assim tão difíceis de compreender. Trata-se de uma região que se estende desde o Oceano Índico às pequenas nações insulares do Pacífico, onde se encontram mais de metade da população mundial, vários dos países aliados mais fiáveis e mais importantes parceiros comerciais dos EUA e muitas das rotas de energia e de comércio mais dinâmicas do mundo. As exportações dos EUA para a região contribuíram para estimular a sua recuperação económica a seguir à crise de 2008, para além de esta Administração considerar que o crescimento futuro do país depende da capacidade de chegar à crescente faixa de consumidores da classe média na Ásia.

Todavia, a região é também a origem de ameaças reais à segurança dos EUA. A ditadura imprevisível da Coreia do Norte e a ascensão da China como um dos desenvolvimentos

estratégicos deste século colocam, a esta Administração, desafios de difícil gestão. Apesar de os EUA e a China terem interesses partilhados¹¹, significa que ambos retiram grandes benefícios do sucesso económico do outro, contribuem para a estabilidade na região e em todo o mundo e asseguram o fluxo regular da energia e do comércio. Contudo, a relação entre os dois gigantes económicos está longe de ser pacífica: existem pontos de discórdia que continuam a ensombrar as relações entre os dois países, como a Coreia do Norte, Taiwan, o Tibete, a questão dos direitos humanos, e em novas divergências, como as alterações climáticas e as disputas fronteiriças nos mares¹² da China meridional e oriental.¹³

Para a Administração Obama era chegada a hora de encontrar uma estratégia para gerir a competição entre os dois países e ao mesmo tempo estimular a cooperação entre ambos. Assim foi. A região da Ásia-Pacífico passou a ter um lugar cimeiro nos objectivos diplomáticos desta Administração. Para tanto, seria necessário uma nova abordagem na região. Foram apresentadas três opções que se resumiam a i) centrar os esforços no desenvolvimento da relação EUA/China, partindo do princípio de que se conseguissem estabelecer uma política adequada para a China, o resto do trabalho na Ásia se tornaria mais fácil; ii) concentrar os esforços no reforço das alianças através de Tratados que a América tinha na região (com o Japão, a Coreia do Sul, a Tailândia, as Filipinas e a Austrália), para contrabalançar o crescente poder da China; iii) promover e harmonizar as organizações regionais multilaterais, como a ASEAN (Association of Southeast Asian Nations – Associação de Nações do Sudeste Asiático) e a APEC (Asia-Pacific Economic Cooperation Organization – Organização para a Cooperação Económica Ásia-Pacífico).

A opção da Administração Obama recaiu no recurso à combinação das três abordagens. Entenderam que se as instituições multilaterais da Ásia fossem apoiadas e modernizadas, poderiam reforçar as normas regionais nos mais diversos aspectos, como os direitos de propriedade intelectual, a proliferação nuclear e a liberdade de navegação e, ainda, mobilizar iniciativas em relação a desafios como as alterações climáticas e a pirataria.

Com base nesta estratégia os EUA levaram a cabo, nos quatro anos seguintes, o que designaram de *“diplomacia de posições avançadas”* na Ásia, uma expressão militar que basicamente significou acelerar o ritmo e alargar o âmbito do envolvimento diplomático americano na região, enviando altos funcionários e especialistas em desenvolvimento para

¹¹ Em 2013, o comércio entre os dois países atingiu os 562 mil milhões de dólares, para além de a China ser detentora de grandes quantidades de títulos de tesouro americano.

¹² Para esta Administração, os EUA não têm qualquer pretensão territorial no mar da China Meridional ou no mar da China Oriental, e por isso mesmo não tomam partido em tais disputas, para além de se oporem a esforços unilaterais cujo objectivo seja alterar a situação. O interesse dos EUA passa por proteger a liberdade de navegação, o comércio marítimo e o direito internacional. Por obrigações decorrentes de Tratados, têm o compromisso de apoiar o Japão e as Filipinas.

¹³ Ao longo da campanha presidencial em 2008, Hillary Clinton destacou a necessidade dos EUA terem de encontrar uma forma de defender os pontos em comum e ao mesmo tempo defender as suas posições em relação à China. Nessa altura, destacou a importância de convencer aquele país a cumprir as regras do mercado global, desistindo de práticas comerciais discriminatórias, permitindo que o valor da sua moeda aumentasse e evitando que alimentos e produtos perigosos chegassem aos consumidores americanos.

várias partes da região, participando de forma mais intensa nas organizações multilaterais, renovando as alianças tradicionais dos EUA e estabelecendo contactos com novos parceiros estratégicos. Seguiu-se, assim, um périplo pela região da Ásia-Pacífico. Hillary Clinton foi ao Japão, à Coreia do Sul, aproveitou para ir à zona desmilitarizada (DMZ – Paralelo 38) que divide as duas Coreias desde 1953, à Indonésia, ao Vietname, ao Camboja, ao Laos (que não era visitado por um Secretário de Estado há 57 anos), à Mongólia, Filipinas, Birmânia (actual Mianmar), Índia, e à China.

O objectivo prioritário da política externa americana para a região passou, deste modo, pela promoção de reformas políticas e de crescimento económico em muitos dos países que compõem a região. Pretendem que o séc. XXI seja uma época de prosperidade e liberdade, como forma de conter a ascensão de uma China que combina um modelo político autoritário com um capitalismo de Estado, tendo-se tornado um exemplo atraente para alguns líderes naquelas partes do mundo. Será por este facto, que a Índia, outro gigante asiático pode, no entender dos EUA, desempenhar um papel fundamental nesta política de contenção. Trata-se de um importante parceiro comercial dos EUA. No entender da Administração Obama, se a Índia ultrapassar o conflito insolúvel que ainda tem com o Paquistão e se tornar mais activa na defesa da democracia e dos valores do mercado livre em toda a Ásia, os EUA estão na disposição de apoiar a política indiana de “olhar para o Oriente” e inclusivamente de apoiar a ideia de o país “liderar o Oriente”.

Acresce que esta estratégia da diplomacia americana para a região da Ásia-Pacífico é suportada no pilar do desenvolvimento económico e, para tanto, os EUA encetaram negociações com vários países da região, no sentido de promover a celebração de um acordo comercial (alcançado em OUT15 mas a aguardar a aprovação dos Parlamentos nacionais), a que deram o nome de Parceria Trans-Pacífico (TPP), com o objectivo de ligar os mercados em toda a Ásia às Américas, promovendo a redução de barreiras comerciais, elevando os padrões do factor trabalho, do meio ambiente e da propriedade intelectual. Trata-se, para o Presidente Obama, de estabelecer um acordo comercial de alto nível, exequível e com significado, uma ferramenta para as empresas americanas que, até aqui, se viam frequentemente excluídas daqueles mercados. Contudo, há algo que é indiscutível neste acordo: o TPP cobre um terço do comércio mundial, um valor que não deve ser descurado pelas partes interessadas e concorrentes a todo este processo.

Relativamente a outras partes do mundo, como a região do AF-PAK (Afeganistão-Paquistão) a estratégia militar e civil para estes dois países anunciada a 27 de Março de 2009, estabeleceu objectivos muito concretos para a guerra: “desorganizar, dismantelar e derrotar a Al-Qaeda no AF-PAK, e impedir o seu regresso no futuro a qualquer um dos países”. Esta estratégia incluía uma diplomacia regional mais activa e maior desenvolvimento económico, apoio à agricultura e construção de infra-estruturas, áreas de investimento que poderiam ter um impacto imediato nas vidas do povo afegão. Reduzir a corrupção no Afeganistão tornou-se ainda outra das áreas de relevo, tarefas que estarão a cargo do Departamento de

Estado e da USAID durante os anos que se seguirem, pelo menos até à retirada definitiva das forças americanas do país.¹⁴

Já quanto à Europa, a aliança com este continente “vale mais do que ouro”, nas palavras da Secretária de Estado (CLINTON, p. 239), referindo-se intencionalmente, no nosso entender, de forma abrangente ao espaço territorial que excede a Europa a 28, influenciados eventualmente pela herança passada decorrente dos acontecimentos da IIª GM e pelo espaço que a NATO ocupa actualmente, e apesar do ênfase dado por esta Administração ao continente asiático, deixando preocupados os aliados noutras partes do mundo, a Secretária de Estado deixou claro que a América tinha a capacidade e a determinação de fazer uma viragem para a Ásia sem virar as costas a outras obrigações e oportunidades. De todos estes laços com os líderes europeus que foram sendo mantidos nos quatro anos que se seguiram, cumpre destacar igualmente uma das ligações mais fortes na cadeia transatlântica, a NATO, a aliança militar entre os países da América do Norte (EUA e Canadá) e os aliados europeus. O desafio da organização no período pós-Guerra Fria residiu na integração das repúblicas ex-soviéticas que se sentiam vulneráveis sem as garantias de segurança concedidas pelo Ocidente, por temerem que um dia a Rússia voltaria a ter uma postura agressiva, na sequência de um novo assombro expansionista. A missão da organização, nos anos que se seguiram, liderada pelos EUA, foi abrir as portas a qualquer país do Leste europeu, além de estabelecer uma rede de parcerias com muitas dessas antigas repúblicas soviéticas, bem como o de criar um conselho consultivo com a própria Rússia.

Aquando da anexação, considerada ilegal pela Comunidade Internacional, da Península da Crimeia (Ucrânia) pela Rússia no verão de 2014, houve quem alegasse que esta decisão agressiva era a resposta à expansão dos limites da NATO na última década. Todavia, a actual Administração está convencida que esta argumentação apenas resulta do facto de a Rússia de Putin continuar a recusar aceitar a ideia de que as relações do seu país com o Ocidente devem basear-se em parcerias e interesses mútuos, tal como Boris Yeltsin e Mikhail Gorbachev acreditavam. Deste modo, a NATO, para esta Administração continua a revelar-se fundamental na resposta às ameaças emergentes do séc. XXI, dado que a América não pode e não deve fazer tudo sozinha. A criação de parcerias a partir de interesses e objectivos comuns no âmbito desta organização parecem ser a resposta mais adequada a estas ameaças. A título de exemplo basta nomear o apoio dado pela NATO a situações fora da sua área de intervenção, como foi o caso da Bósnia (em 1995), no Afeganistão (ainda em curso), na Líbia (aquando do despontar das “Primaveras Árabes” em 2011), tornando-se numa das mais bem-sucedidas alianças militares da História.

A par desta organização de pendor militar, os EUA têm, ainda, especial interesse pelo que consideram ser uma das mais prósperas organizações políticas e económicas, apesar da pesada burocracia, a União Europeia. Com efeito, durante o primeiro mandato, a Administração

¹⁴ Após sucessivos adiamentos, o Presidente Obama estipulou que as forças norte-americanas iriam ficar no país até finais de 2016, respondendo, assim, a um pedido do Presidente afegão para que os EUA não retirassem as forças enquanto o Afeganistão e as suas instituições não estivessem suficientemente capacitadas e preparadas para fazer face aos desafios do momento.

promoveu esforços no sentido de estabelecer com a UE um Conselho de Energia que envolvesse os EUA e a Europa. O objectivo passava por coordenar os esforços transatlânticos no apoio aos países mais vulneráveis, em particular os da Europa Central e do Leste, para que desenvolvessem as suas próprias reservas energéticas e reduzissem a dependência do gás da Rússia. Os dois blocos económicos deram também início às conversações para discutir um acordo económico extensivo, com o fim de conciliar protocolos, aumentar o comércio e incentivar o crescimento de ambos os lados do Atlântico, conhecido por TTIP (Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento), um acordo que continua em fase de negociação.

Outras duas prioridades para a actual Administração são a Turquia e a Rússia. Ambos os territórios situam-se a meio caminho entre o continente europeu e o asiático, o que os torna povos culturalmente ricos, integrando tanto tradições judaico-cristãs europeias, como referências muçulmanas e orientais de paragens mais longínquas. No caso da Turquia, nos quatro anos do primeiro mandato, o país provou ser um parceiro importante que, no dizer da Secretária de Estado, se tornava por vezes frustrante. Nalgumas ocasiões estavam de acordo em assuntos como o Afeganistão, o combate ao terrorismo, a questão da Síria, outras vezes não, como no caso do programa nuclear iraniano. Acresce que as dinâmicas internas da própria Turquia permanecem pouco claras, tornando ainda incerto o seu futuro. Todavia, esta Administração entende que o país continua a ser um importante *player* na região do Médio Oriente e na Europa, daí considerar esta relação de vital importância, embora entendamos que não seja de descurar que o papel que a Turquia desempenha como “estabilizador automático” nesta parte do mundo se faça sem que a mesma imponha condições, sobretudo que tenham em conta os interesses geoestratégicos mais imediatos do país (UE e Curdos).

Já a Rússia constituiu um “recomeço e uma regressão” para esta Administração. Vejamos: começa pela visão que Putin tem do mundo. Influenciado pela admiração que tem pela história do tempo dos Czares do seu país, pelo interesse ancestral da Rússia no controlo dos territórios fronteiriços e pela sua determinação em que o país nunca mais pareça fraco ou debilitado face ao Ocidente, tal como aconteceu após o fim da União Soviética. Passa, igualmente, por querer controlar os seus vizinhos (de que a tentativa de domínio das províncias separatistas na Geórgia, Abkházia e Ossétia do Sul, em 2008 são exemplo), controlar o acesso destes à energia, desempenhar um papel mais importante no Médio Oriente (intervindo directamente no conflito da Síria, colocando-se ao lado do regime de Assad contra todos os que pretendem a sua saída), reduzindo a ameaça muçulmana no interior e exterior das suas fronteiras sul, tendo para o efeito que reduzir a influência dos EUA na Europa Central e do Leste e nas regiões que considera fazerem parte da zona de influência russa. Só assim se entende a recente anexação da Península da Crimeia, a agitação nas províncias russóforas do Leste da Ucrânia e a tentativa de contrariar ou mesmo anular a influência dos EUA nos países assolados pelas revoltas árabes, como é o caso do Egito.

Deste modo, a então Secretária de Estado viu no relacionamento com a Rússia um exercício de equilíbrio que além de fundamental era de difícil alcance. Para a responsável diplomática, Putin vê a geopolítica como um jogo de soma nula, em que se alguém ganha,

alguém tem de estar a perder, um conceito que considera ultrapassado e perigoso e que exige dos EUA um esforço acrescido de contenção de forma a conseguir trabalhar com a Rússia em questões específicas quando possível, mas sempre que necessário associar-se a outros países para prevenir e limitar o seu comportamento agressivo¹⁵.

As atenções da Administração Obama também se viram para o continente Americano, em particular para a América Latina, uma região considerada de especial importância para os EUA dado ser a parte do globo à qual se destinam mais de 40% de todas as exportações dos Estados Unidos, sendo que os dois maiores destinos são o Canadá e o México. Não será, assim, de estranhar o valor que os EUA dão à região e o facto de sempre terem considerado estes territórios como fazendo parte do seu “espaço vital”, a que não será alheia a celebração da Parceria Trans-Pacífico (TPP) em finais de 2015 e que integra o Chile e o México, estando em curso negociações com a Colômbia e outros países do continente sul-americano para a sua adesão.

Todavia, a Administração Obama estava empenhada em dar início a uma nova forma de relacionamento. O Presidente Obama, num discurso em Abril de 2009, na Cimeira das Américas, em Trinidad e Tobago, garantiu que os EUA não voltariam a olhar a região como um “parceiro menor”, em vez disso, *“o povo da América Latina podia esperar um envolvimento assente no respeito mútuo e nos interesses comuns e valores partilhados”*. Estava dado o mote para o início de uma nova abordagem de “parceria entre iguais”, um novo começo que se consumou ainda no decurso do mandato da então Secretária de Estado, a propósito da tentativa de voltar a integrar Cuba na OEA (Organização de Estados Americanos), em Junho de 2009. Com efeito, o Presidente americano tinha deixado claro que era chegada a hora de ultrapassar os discursos gastos do tempo da Guerra-Fria e voltar a integrar Cuba na organização, suspensa desde 1962. Estava na altura de actualizar o argumentário (país ostensivamente próximo do marxismo-leninismo e alinhado com o “bloco comunista”) para algo mais credível e rigoroso, como país onde ainda são violados os direitos humanos e longe dos elementares valores democráticos, uma actuação incompatível com os princípios estabelecidos na Carta constitutiva da OEA.

Apesar da implementação, por parte da Administração Obama no seu primeiro mandato, de medidas no sentido de uma maior abertura em relação ao regime dos irmãos Castro em 2011, Havana recusou-se a fazer a petição formal para a adesão à OEA ou a aceitar quaisquer condições ou reformas democráticas. Ainda não tinha chegado a altura do verdadeiro “aperto de mão” com consequências. Algo só conseguido mais tarde, no decurso do segundo mandato de Obama¹⁶.

No termo do primeiro mandato os EUA procuravam, assim, dar início a uma revisão da sua política de embargo em relação à ilha, volvidos 20 anos da relação EUA-Cuba. Era

¹⁵ Foi disto exemplo o caso do conflito em curso na região Leste da Ucrânia, onde a diplomacia norte-americana não se envolveu directamente, tendo as negociações sido conduzidas entre a Alemanha e França, sob os auspícios da OSCE e os representantes da Rússia e da Ucrânia na capital da Bielorrússia, conhecidos pelos Acordos de Minsk II de FEV15.

¹⁶ Ver a este propósito o ponto 3.2. sobre a acção do Secretário de Estado John F. Kerry no período do segundo mandato do Presidente Obama.

chegada a altura de transferir o ónus do isolamento para os Castro. Este afastamento só tinha fortalecido a autoridade do regime no poder. Talvez se a população fosse confrontada com as inúmeras possibilidades e benefícios do que é viver numa sociedade mais aberta, seria mais difícil ao governo de Havana explicar porque ainda se mantinha num rumo não democrático e violador dos direitos do seu povo.

No continente africano a Administração Obama também deixou a sua marca. O envolvimento dos EUA passava por assentar a sua estratégia para o continente em quatro pilares: promoção das oportunidades e do desenvolvimento; estímulo do crescimento económico, do comércio e do investimento; promoção da paz e da segurança; e reforço das instituições democráticas. Nesta sequência, vemos a chefe da diplomacia americana envolvida em questões como o apoio ao tratamento das populações afectadas pelo VIH/Sida na Zâmbia, em acções de promoção da democracia e na melhoria das condições básicas de vida em países da África Subsariana, nomeadamente na República Centro Africana, na Costa do Marfim, no Mali, em Madagáscar, na Libéria, no Quénia, no Senegal e na República Democrática do Congo, tendo a visita à sede da União Africana, em Addis Abeba, Etiópia, sido um marco para lembrar aos líderes africanos que a agitação das ditas “Primaveras Árabes” podiam estender-se a esta parte do continente, se não fossem feitas mudanças que fossem ao encontro das necessidades das populações.

Vemos, ainda, Hillary Clinton envolvida nos esforços negociais de pacificação do mais recente país do mundo, o Sudão do Sul, independente desde 2011, que se viu novamente envolvido num conflito violento com o seu mais directo vizinho, o Sudão (norte), aquando da sua visita a Juba, em Agosto de 2012, ou no apoio da Administração Obama ao governo de transição da Somália e às forças aliadas da União Africana na luta contra o movimento extremista Al Shabaab na região do Corno de África.

Se o Afeganistão foi considerado pelos vários exércitos que o invadiram como o “Cemitério dos Impérios”, a região do Médio Oriente tem sido um “terreno de areias movediças” para todos os que têm procurado intervir na sua evolução. Várias potências do passado delinearam fronteiras, administraram territórios em nome das populações locais, sem nunca terem compreendido verdadeiramente as diferentes realidades que se vivem naquelas paragens. Na região do Grande Médio Oriente, encontramos etnias, religiões, culturas, línguas e modelos políticos diferenciados, forçados pelas potências colonizadoras a um “espartilho” fronteiriço que se viria a revelar gerador de conflitos. Chegados aqui, a Administração Obama toma posse durante mais um período perigoso para a região do Grande Médio Oriente. Desde o congelado Processo de Paz entre israelitas e palestinianos (que a Administração Obama também não conseguiu desbloquear no decurso de ambos os mandatos), às ditas “Primaveras Árabes” na região do norte de África (destacando-se o apoio dado à intervenção das forças da NATO na Líbia, em 2011, para criação de uma zona de exclusão aérea) ou ao difícil equilíbrio com os países do Golfo Pérsico (como o Bahrein, o Kuwait, o Qatar, a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos), para não falar na questão do nuclear iraniano, um assunto que virá a ter desenvolvimentos no decurso do segundo mandato. Independentemente da

situação, Hillary Clinton deixa bem claro nas suas viagens por estas paragens que, se os EUA colaboraram tantos anos com autocratas como Ben Ali, Mubarak e os vários monarcas do Golfo, foi porque eram e, nalguns casos, continuam a ser, os líderes que existem na região, tal como têm que lidar com as lideranças que existem noutras partes do mundo. Deste modo, os EUA não deixarão de lidar com estas pessoas em questões centrais para os interesses das partes, ainda que existam grandes discordâncias com muitos desses países, e de que a falta de entendimento entre as mesmas (a nível internacional e regional) tem resultado no prolongar do conflito na Síria.

Perante esta linha de acção, consegue-se perceber que apesar destas afirmações causarem desconforto, são uma verdade incontornável que se baseia numa premissa caracterizadora da política externa das várias administrações que se sucederam ao longo dos anos: a América fará sempre o que for necessário para manter os seus cidadãos seguros e promover os seus interesses, o que significa, por vezes, ter que trabalhar com parceiros com quem mantém profundas e graves divergências, como no caso dos conflitos que envolvem a Rússia e a Ucrânia, ou no intrincado conflito da Síria com extensão em território iraquiano, onde o Regime de Assad e as várias forças da oposição, a que se juntam os combatentes islamitas extremistas do Daech, se confrontam numa guerra fratricida, dificultando a tarefa aos actores externos como os EUA de escolha do lado mais moderado como interlocutor credível num conflito já de si demasiadamente prolongado.

b. O Período do 2º Mandato: A Acção do Secretário de Estado John Forbes Kerry (2013-2017)

Num discurso, a 24JAN13, perante os membros do Senado que avaliam a escolha do Presidente Obama para liderar o Departamento de Estado como Secretário de Estado – a Comissão do Senado para as Relações Internacionais, o Senador John F. Kerry proferiu as seguintes palavras: “(...) *It is also imperative that in implementing President Obama’s vision for the world as he ends more than a decade of war, we join together to augment our message to the world. President Obama and everyone knows that American foreign policy is not defined by drones and deployments alone. We cannot allow the extraordinary good we do to save and change lives to be eclipsed entirely by the role we have had to play since September 11th, a role that was thrust upon us. American foreign policy is also defined by food security, humanitarian assistance, the fight against disease and the push for development, as much as it is by any single counter terrorism initiative. It is defined by leadership on life threatening issues like climate change, or fighting to lift up millions of lives by promoting freedom and democracy from Africa to the Americas or speaking out for the prisoners of gulags in North Korea or millions of refugees and displaced persons and victims of human trafficking. It is defined by keeping faith with all that our troops have sacrificed to secure Afghanistan. America lives up to her values when we give voice to the voiceless*” (US DEPARTMENT OF STATE, 2013).

Estava dado o mote para o que tem sido e será a tarefa do novo chefe da diplomacia americana nos 4 anos de mandato que tinha pela frente. Para o ajudar nesta missão, John Kerry e a sua equipa estabeleceram um plano plurianual para levar a cabo entre os anos 2014-2017 (US DEPARTMENT OF STATE, 2014), onde são estabelecidos os cinco pilares estratégicos que deverão orientar a actividade do Departamento de Estado e da Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional (a USAID) no período definido:

- i) fortalecimento e projecção da capacidade económica da América, através da expansão e acesso a novos mercados, investimentos e comércio. Ainda, através da promoção de crescimento económico inclusivo, redução da pobreza extrema e da melhoria da segurança alimentar;
- ii) fortalecimento do impacto da política externa americana nos seus desafios estratégicos. Para tanto, será necessário construir uma nova estabilidade na região do Médio Oriente e Norte de África, reorientar a política externa na região Ásia-Pacífico, através de uma diplomacia mais interventiva e melhoria da cooperação ao nível das questões de segurança e de desenvolvimento. Também, na prevenção e resposta a crises e a conflitos, na forma como enfrenta questões de fragilidade e na forma como assegura assistência humanitária aos que dela necessitam. Ultrapassar os desafios globais de segurança através de uma diplomacia forte e da cooperação para o desenvolvimento, para além melhorar os esforços americanos no combate aos novos desafios globais na área da saúde, são outros dos objectivos a considerar;
- iii) promover a transição para um quadro de redução das emissões de CO₂, criação de um quadro climático mundial resiliente, enquanto se procura expandir o acesso global a energia sustentável, algo que poderá ser alcançado através de uma política doméstica forte capaz de liderar uma campanha internacional de combate às alterações climáticas, promover a segurança energética, o acesso a energia limpa e a transição para uma economia global mais limpa;
- iv) protecção dos interesses estratégicos norte-americanos através da promoção da democracia, dos direitos humanos e do fortalecimento da sociedade civil. Assim, encorajar a governação democrática e a protecção dos direitos humanos como forma de garantir a estabilidade, a paz e a prosperidade, só será possível alcançar através de uma política bilateral e multilateral construtiva, bem como através de uma assistência direccionada, não esquecendo o papel da sociedade civil local na concretização desta tarefa;
- v) modernizar a actividade diplomática e da ajuda ao desenvolvimento internacional, capacitando o corpo diplomático e da ajuda ao desenvolvimento internacional de uma intervenção mais eficiente, efectiva e colaborativa.

Perante a abrangência dos temas definidos pelo programa quadrienal do Departamento de Estado, o novo Secretário de Estado tem tido uma intensa agenda, tendo realizado mais de duas centenas de viagens, a diferentes países desde que foi nomeado em 01FEV13 para

o cargo. Com efeito, de entre os assuntos que mais se destacaram durante o seu mandato, obrigando o chefe da diplomacia norte-americana a redobrado empenho, foram as rondas negociais que envolveram os dignitários de Cuba e EUA durante cerca de oito meses, e após o anúncio simultâneo, a 17DEZ14, de Barack Obama e Raul Castro de uma aproximação histórica entre os dois países, separados há 70 anos pelos 150 quilómetros do Estreito da Flórida, e no seguimento de um período de 18 meses de conversações secretas entre os dois países, sob a égide da Santa Sé, com destaque para o empenho pessoal do Papa Francisco, e do Canadá, países anfitriões dos vários encontros.

O primeiro passo para o início das conversações estava dado. Nesta data o Presidente Obama anunciava ao mundo a nova política externa americana em relação a Cuba, pondo termo a anos de uma postura que considerou desactualizada e pouco eficaz para os interesses do seu país. Tratou-se de um processo negocial iniciado por esta Administração desde que entrou em funções, dando cumprimento a um dos pilares estabelecidos pelo Departamento de Estado norte-americano: a promoção da democracia, da defesa dos Direitos Humanos e do fortalecimento da sociedade civil em países onde estes valores ainda não estejam garantidos. Com efeito, e no dizer de John Kerry no seu discurso do hastear da bandeira na Embaixada norte-americana em Havana, a 14AGO15, *“o povo cubano fica melhor servido por uma democracia genuína, onde as pessoas são livres de escolher os seus líderes”*. Continuou, afirmando que *“as nossas políticas do passado não conduziram a uma transição democrática em Cuba. Seria pouco realista esperar que a normalização de relações tenha um impacto transformador a curto prazo”*, sublinhando ainda que *“a Administração do Presidente Barack Obama é fortemente favorável ao levantamento do embargo americano imposto a Cuba desde 1962. (...) Trata-se de um dia para colocar de lado as velhas barreiras e explorar novas possibilidades. Não há nada a temer, já que serão muitos os benefícios que iremos usufruir quando permitirmos aos nossos cidadãos conhecerem-se melhor, fazer visitas com mais frequência, realizar negócios de forma regular, trocar ideias e aprender uns com os outros”*.

A cerimónia agora realizada em AGO15 foi precedida de vários meses de conversações, tendo o processo culminado a 01JUL do mesmo ano, com o restabelecimento das relações diplomáticas e a abertura de Embaixadas nas capitais de cada país, medida que acabou por ser concretizada dias mais tarde, a 20JUL15. Depois de mais de cinco décadas de corte de relações (desde 1961), a visita do chefe da diplomacia americana à ilha caribenha é a primeira em 70 anos, desde que o Secretário de Estado Edward Stettinius visitou Cuba em 1945. Trata-se, deste modo, de um marco assinalável para a diplomacia dos dois países, algo que juntou John Kerry e o seu homólogo cubano, Bruno Rodriguez, para discutirem não só a passagem da secção de interesses dos Estados Unidos em Havana para o estatuto de Embaixada, como também o levantamento do embargo comercial à ilha, a introdução de melhorias ao nível da realização de viagens e da actividade comercial entre os dois países, para além das questões que envolvem o processo de realização de eleições no país, de forma a permitir ao povo cubano a possibilidade de participarem num verdadeiro acto democrático de escolha das

lideranças políticas, ou ainda a questão que se prende com a revisão, por parte de Washington, do estatuto da ilha enquanto país patrocinador de Terrorismo.

Normalizadas as relações com Cuba, consumada que foi com a recente visita à ilha de Barack Obama em ABR16, ainda que o Congresso norte-americano ainda não tenha dado o seu aval para o levantamento do embargo comercial à ilha, a diplomacia norte-americana continuou o seu périplo por várias capitais mundiais para discutir outro dos temas sensíveis do seu programa diplomático, e que desde o início foi introduzido na agenda pela Administração Obama: as negociações sobre o programa nuclear iraniano que juntaram durante meses à mesma mesa, de um lado representantes dos cinco países que compõem o Conselho de Segurança e a Alemanha, conhecido pelo grupo P5+1, para além da chefe da diplomacia da UE, Federica Mogherini, e do outro lado, os representantes do Irão.

Depois de 12 anos de impasse e 21 meses de conversações, dos quais os últimos 18 dias passados em negociações quase ininterruptas em Viena, as várias delegações reunidas na sede da ONU em “plenário final” fecharam um acordo que procura garantir que Teerão não venha a obter a bomba atómica, recebendo em contrapartida o levantamento das sanções económicas impostas ao país há décadas, por parte da comunidade internacional. O dia 14JUL15 fica assim marcado pela assinatura de um documento com perto de 100 páginas e cinco anexos, onde constam as linhas de um acordo que estabelece, em traços gerais (COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, 2015), **i)** a limitação do enriquecimento de urânio, que impõe severas restrições para garantir que o “break-out”, o tempo necessário para produzir suficiente urânio enriquecido que permite fabricar uma bomba nuclear, seja de pelo menos um ano e durante uma duração de dez anos; **ii)** a limitação da produção de plutónio. O plutónio é, como o urânio, a outra matéria-prima fóssil que pode ser utilizada para o fabrico de uma bomba atómica. O acordo de Viena estipula que o reactor da central de água pesada de Arak seja modificado para não produzir plutónio em quantidades suficientes para fins militares; **iii)** o reforço das inspecções, considerado dos pontos mais sensíveis das negociações. O acordo prevê a aplicação de um regime reforçado de inspecções durante toda a duração do acordo, e mesmo além, em relação a certas actividades. A Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA) poderá verificar durante 20 anos o parque das centrífugas (cujo número deverá ser reduzido das actuais 19 mil para 5060) e durante 25 anos a produção de concentrado de urânio (conhecido pelo “yellow cake”). O Irão, por sua vez, compromete-se a aplicar e ratificar o protocolo adicional da AIEA, que prevê a realização de inspecções intrusivas por parte daquele organismo; **iv)** o fim das sanções, considerado o principal objectivo dos iranianos nestas negociações. Durante anos EUA, ONU e Europa aplicaram um conjunto de sanções que entravaram o desenvolvimento do país. Deste modo, as sanções adoptadas pela UE e EUA dirigidas aos sectores financeiro, energia e dos transportes serão levantadas a partir do momento da aplicação pelo regime iraniano dos seus compromissos, algo que deverá ser atestado por um relatório da AIEA. O mesmo procedimento será aplicado para anular as seis resoluções adoptadas pelo Conselho de Segurança da ONU contra o Irão desde 2006; **v)** a manutenção do embargo de armas, em vigor desde 2007, que implica a continuação

das sanções por mais oito anos relativas aos mísseis balísticos e às importações de armas ofensivas por mais cinco anos. A transferência de materiais considerados sensíveis que possam contribuir para o programa balístico iraniano também será proibida durante oito anos, salvo autorização explícita do Conselho de Segurança da ONU. O texto não prevê o desmantelamento do programa iraniano, como admitido no início das primeiras negociações entre 2003 e 2005, conduzidas pelos europeus, mas as infra-estruturas iranianas também passam a ser vigiadas mais de perto, para impedir Teerão de iniciar uma corrida clandestina à bomba nuclear¹⁷.

Nas palavras do Presidente dos Estados Unidos *“o acordo agora alcançado sobre o programa nuclear iraniano baseia-se em verificações e não na confiança. Os inspectores terão acesso 24 sobre 24 horas às instalações nucleares chave iranianas. (...) É um acordo que mostra que a diplomacia norte-americana pode conseguir mudanças reais e significativas”*. Numa declaração solene na Casa Branca (WASHINGTON POST STAFF, 2015), o Presidente Barack Obama considerou que o documento assinado permitirá dar início a uma nova era nas relações entre o Irão e os Estados Unidos *“(...) dá-nos a possibilidade de avançar numa nova direcção. Devemos aproveitá-la”*, declarou, prometendo o levantamento das sanções norte-americanas contra o Irão. No entanto, adiantou que se o Irão violar o acordo, todas as sanções serão repostas durante 65 dias, medida que o Irão terá acedido.¹⁸ Restaria, pois, ao documento assinado em JUL15 o aval das Nações Unidas e a concordância das duas câmaras do Congresso norte-americano e do Parlamento iraniano, para a sua efectiva implementação pelas partes.

Todavia, os desafios da diplomacia norte-americana vão mais além. A China tem vindo a tornar-se um concorrente de peso para os interesses americanos no plano económico, tendo chegado em 2013 a tornar-se a maior potência comercial do mundo, ultrapassando os EUA sendo, igualmente, já o maior parceiro comercial de mais de cem países, atingindo um excedente, nesse ano, de 260.000 milhões de dólares (188.700 milhões de euros), segundo a imprensa oficial chinesa que cita as contas divulgadas pela Organização Mundial de Comércio (OMC). Deste modo, e tendo presente a ambiciosa agenda definida por esta Administração para os dois mandatos, os EUA têm procurado contrabalançar o avanço do seu mais directo competidor, com o estabelecimento de novas parcerias com países tradicionalmente seus aliados, mas também criando novas alianças com países limítrofes da China. É neste quadro que surge a assinatura por parte do Presidente americano, em 29JUN15, da lei que aprova o estabelecimento do já referido Tratado de livre comércio com países da região do Pacífico, conhecido como Trans-Pacific Partnership (TPP), que abrange países como o Japão, o Brunei, Singapura, Malásia, Vietnam, Canadá, Chile, Nova Zelândia, Peru, México e a Austrália, para além dos EUA, num total de doze nações, estando ainda em fase de negociação, desde 2013, um acordo semelhante mas com a UE, conhecido por

¹⁷ Ver também a entrevista concedida pelo Vice-Almirante REIS RODRIGUES, Alexandre, ao Jornal Expresso no dia da assinatura do acordo, a 14JUL15.

¹⁸ Cfr., ainda, a respeito do assunto GOLDFARB, Zachary A., SWANSON, Ana, *13 charts and maps that make the Iran deal a little easier to understand*, WASHINGTON POST, July 14, 2015.

Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento, o Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP)¹⁹.

Numa altura em que economias emergentes como a Índia, a China e a Rússia procuram introduzir mudanças na gestão da economia global, sendo favoráveis a uma participação mais significativa dos países em desenvolvimento na condução da economia mundial, o que implica a reforma do Fundo Monetário Internacional (FMI), prometida há anos pelos seus membros, os EUA estão empenhados em equilibrar a iniciativa, através de uma revitalização da sua economia, de um reforço do seu orçamento militar como resposta a iniciativas semelhantes levadas a cabo por aqueles países, na expansão das redes comerciais na região Ásia-Pacífico, na criação de um regime de controlo do uso de tecnologias críticas e de duplo uso por parte da China, na implementação de políticas efectivas de cibersegurança, no reforço das alianças nas periferias da China, no investimento numa diplomacia que trabalhe para mitigar qualquer tipo de confrontação com a China, no fundo em criar as condições para uma relação mais franca, de alto-nível e “privada”, algo que parece ainda não acontecer entre os dois países (BLACKWILL, TELLIS, 2015).

Com efeito, as disputas territoriais da China com os países vizinhos da região do Pacífico, já aqui abordados aquando do período anterior, os alegados casos de ciberataques a empresas americanas, a redução das emissões de gases poluentes²⁰, assim como a defesa de uma alteração da política cambial chinesa²¹, surgem igualmente como outros dos pontos de mais difícil entendimento entre os dois países, cabendo à diplomacia norte-americana o desafiante papel de manter um “diálogo estratégico e económico” que implica, segundo os próprios, o respeito mútuo, o respeito pela soberania e integridade territorial de cada um, o respeito pela escolha do caminho para o desenvolvimento, no dizer de John Kerry, num encontro bilateral entre os dois países em 2014, *“numa relação baseada no respeito pelas diferenças”*.

Parecem estar assim definidos alguns dos principais temas que constam da agenda diplomática do actual Secretário de Estado até ao final do mandato desta Administração.

¹⁹ Em causa, e no caso do TTIP, parece estar a eliminação das barreiras alfandegárias e regulatórias entre os dois blocos económicos. O que se espera venha a ser um acordo de livre comércio, assume particular importância, uma vez que as negociações implicam uma redefinição dos *standards* do comércio à escala global, uma matéria que tem sido alvo de bloqueio na Organização Mundial de Comércio (OMC), há já alguns anos, uma organização composta por 160 membros que cobre cerca de 97% do comércio mundial.

²⁰ Importa referir a este propósito que o Primeiro-Ministro chinês Li Keqiang, numa viagem exploratória a Paris a propósito da realização da Conferência Mundial sobre o Clima naquela cidade, em DEZ2015, declarou que o seu país se compromete a estabelecer como meta o ano de 2030 para redução das emissões de CO₂ em 60/65% e aumentar para 20% o uso de energias não fósseis no consumo energético primário. Em declarações, em 2014, o responsável chinês para as questões climáticas, Xie Zhenhua, terá afirmado que o seu país estava numa fase diferente de desenvolvimento relativamente aos EUA e que por isso tinham diferentes responsabilidades históricas, bem como diferentes capacidades. O que é facto é que os países presentes na Cimeira de Paris conscientes da urgência do assunto chegaram a acordo, tendo levado cerca de 170 países a assinarem o memorando em ABR16 que obriga os Estados a tomarem medidas de forma a diminuir as emissões de carbono de forma a evitarem um aumento da temperatura do planeta nas próximas décadas.

²¹ A este respeito, os EUA já declararam que apoiam a China nos seus esforços para permitir que o mercado tenha um papel mais decisivo na sua economia. A mudança para taxas cambiais determinadas pelas trocas do mercado seria um passo decisivo, no entender das autoridades norte-americanas. Para os responsáveis pelo Tesouro americano a China rege artificialmente as taxas de câmbio da sua moeda para protegerem as suas exportações. Talvez por isto, os responsáveis chineses já declararam que irão acelerar a reforma no sistema de taxas de câmbio, ainda que considerem que o país precise de encontrar a “velocidade correcta” para as suas reformas financeiras.

O seu desfecho, nalguns casos, é ainda incerto, mas a que não será alheia a escolha do próximo Presidente nas eleições de NOV16, até porque a correrem mal o mundo pode esperar a precipitação de acontecimentos que apenas agravarão o actual quadro geopolítico e geoeconómico. Até lá, somos espectadores activos.

4. Efeitos no Sistema Internacional: Considerações Finais

A ordem internacional alterou-se substancialmente e a “arquitectura” da Ordem Mundial no séc. XXI necessita de se basear em regras firmes que orientem a interacção entre os Estados, protejam as liberdades fundamentais e mobilizem a iniciativa comum, de forma a garantir que acontecimentos como a anexação unilateral da Crimeia em 2014 por parte da Rússia não se transformem em precedentes deste século. Se no passado recente o panorama internacional apresentava-se mais simples, hoje em dia o mundo é confrontado com uma série de forças opostas. A tecnologia e a globalização tornaram a civilização mais interligada e interdependente do que nunca.

Diante tamanha tarefa, as autoridades nacionais de segurança e defesa envolvidas na avaliação do ambiente de segurança interno e externo definiram-no, em 2014, como “em rápida mudança”, “volátil”, “imprevisível” e “em alguns casos mais ameaçador” (HOOKER Jr, 2014, p. 14). Talvez por isso, as mesmas autoridades salientam a necessidade de que não devem ser confundidos interesses vitais estratégicos de longo prazo com outros menos centrais. Assim, mantêm-se como vitais a defesa do território americano e dos aliados, a protecção de cidadãos americanos a residir em território nacional e no estrangeiro, a defesa dos valores constitucionais e das formas de governo que vão ao encontro desses mesmos princípios e a promoção e defesa da economia americana e dos seus padrões de vida.

A prossecução destes grandes objectivos estratégicos não se esgota na actividade das forças militares do país nos vários cenários onde opera em nome destes princípios, vão mais além. Porque, na definição de Raymond Aron “*uma multiplicidade de centros autónomos de decisão e, portanto, aumentando o risco de guerra*” (ARON, 1962, p. 28)²² continua actual, a diplomacia americana recorre a todas as formas de *soft power* que, conjugadas com as ferramentas de *hard power*, dão origem a uma nova forma de actuação por parte da Administração Obama, já aqui designada de *smart power*, utilizada pela sua diplomacia e pelo Departamento de Defesa desde o início do primeiro mandato.

Perante esta forma de actuar, não será de estranhar que o comportamento dos seus mais directos competidores se mostre diferenciado, consoante a situação concreta e a natureza do próprio *player*. No passado, a ascensão de uma potência raramente não era precedida por fricções. Hoje, os EUA têm que lidar com países em crescimento económico acelerado, como uma China, ansiosa por ter um papel de destaque a nível mundial, mas determinada a actuar de forma unilateral nas relações com os seus vizinhos, ao mesmo tempo que mostra

²² Ver, ainda, a respeito DERRIENIC, Jean-Pierre, *Novas Guerras, Novos Efeitos ?* in *Raymond Aron – A Paz e a Guerra no Século XXI*, Edições Cosmos/IDN, Lisboa, 2007.

a sua relutância em envolver-se nas questões internas de outros países, mesmo que as circunstâncias sejam de extrema gravidade. Mas, também tem que lidar com países, como uma Federação Russa, que “*ressentida com a evolução dos acontecimentos no passado recente*” e “*desconfiada*” com as actuais iniciativas dos EUA no mundo, adopta uma postura desafiante face aos seus vizinhos mais próximos da Europa do Leste e da Ásia Central e em relação à organização de carácter militar (NATO) que lhes serve de escudo protector, procurando reconstruir o “Império perdido”, considerando como a melhor estratégia para retomar um lugar cimeiro na hierarquia das grandes potências do sistema internacional.

O sistema internacional debate-se, deste modo, com problemas vários que o tornam imprevisível.²³ O regresso à afirmação dos Estados-Nação num quadro multilateral complexo e difuso, fazendo lembrar parcelas da História da Humanidade de outros tempos, coloca os seus actores e sobretudo “*a nação indispensável*”, os EUA, perante situações inesperadas. O modelo de interdependência, a globalização, inaugurado neste século trouxe benefícios, mas também grandes dificuldades aos seus intervenientes. Os Estados têm, assim, que se preocupar em recuperar uma economia globalizada, para conseguir manter fortes e prósperos blocos de países, fazer face a agressões militares inusitadas que fazem balançar o tradicional equilíbrio de poderes do sistema internacional, responder a novos extremismos violentos, a ameaças decorrentes dos avanços feitos no campo tecnológico, ao mesmo tempo que se envolvem numa luta contra o tempo, no combate às causas que estão na origem de rápidas e profundas alterações climáticas no planeta.

Apesar de haver problemas no mundo que os EUA não podem resolver sozinhos, existem ainda menos problemas que possam ser resolvidos sem alguma intervenção por parte da Federação Americana, seja através da sua diplomacia, seja através da actuação das suas forças militares. No dizer da então Secretária de Estado Hillary Clinton, “*(...) os EUA sacrificaram uma enorme quantidade de vidas e de dinheiro para ajudar outras pessoas em todo o mundo a obter a sua própria liberdade (...)*”. “*Sou a primeira a dizer que nós, tal como qualquer outro país do mundo, cometemos erros. Sou a primeira a dizer isso. Cometemos muitos erros. Mas penso que se olharmos para o conjunto da nossa história, essa história mostra que temos estado do lado da liberdade, temos estado do lado dos direitos humanos, temos estado do lado dos mercados abertos e da capacitação económica*” (CLINTON, p. 404).

De facto, em quase oito anos de mandato a tarefa grandiosa de restaurar a credibilidade externa, entretanto perdida, de um país que ainda pode ser classificado como “Grande Potência”, tornou-se o maior desafio desta Administração, a par da sua recuperação económica. Para muitos, estas duas vertentes parecem estar desligadas uma da outra, mas o que é facto, é que a realização de uma sem a outra poderá comprometer o alcance de ambas, relegando o país para uma posição secundária no sistema internacional, sendo ultrapassada por Estados

²³ Sobre diferentes interpretações a propósito do estado da ordem mundial, ver DODGE, Toby, HOKAYEM, Emile (Editors), *Middle Eastern Security, the US Pivot and the Rise of ISIS*, in *The International Institute for Strategic Studies (IISS)*, Routledge, London, 2014, HASS, Richard N., *The Age of Nonpolarity – What Will Follow US Dominance*, in *Foreign Affairs*, vol. 87, n° 3, May/June 2008, KISSINGER, Henry, *A Ordem Mundial – Reflexões sobre o Carácter das Nações e o Curso da História*, Editora Dom Quixote, 1ª edição, Lisboa, 2014.

que no médio prazo estarão em condições de atingir uma posição cimeira na hierarquia das potências mundiais, ainda que entendamos não acompanhar alguma da doutrina que elenca os Estados “*em pequenas, médias e grandes Potências*”, por considerarmos que não existirá aqui uma meia solução, mas tão simplesmente a existência de uma capacidade objectiva de os Estados projectarem o seu poder (político, militar, económico e cultural) de forma a condicionaram a evolução dos acontecimentos e a agenda internacional. Como demonstra a realidade, nem todos os Estados estarão nesta posição, ainda que assumam uma postura de alguma relevância num quadro regional.

Deste modo, o que fica do primeiro para o segundo mandato é a certeza de que todos os avanços alcançados pela diplomacia da Administração Obama, e não só, em alguns casos com a ajuda de países de outras latitudes, com o intuito de desbloquear algumas das situações mais sensíveis da conjuntura internacional (como são os conflitos na Ucrânia, Síria, Iraque ou Líbia), não devem deixar de ser considerados como importantes contributos para a longa caminhada que caracterizará o século XXI. A ordem internacional, neste século, tornou-se imprevisível e ainda mais ameaçadora, sendo por isso de saudar todas as iniciativas negociais, que se espera produzam resultados equilibrados para as partes na resolução de conflitos, que nalguns casos tinham-se tornado anacrónicos, mas que com o seu termo poderão abrir caminho para a solução de outros (de que são exemplo as questões que envolvem Cuba e ou o Irão).

Todavia, os mandatos de Obama tiveram os seus revezes. Numa entrevista concedida em ABR16 à Revista The Atlantic o Presidente assume que a actuação na Líbia “*is a mess*”, não porque os EUA não tenham acautelado as condições da sua intervenção (mandato das NU e coligação internacional), mas porque o país tem demasiadas variáveis internas que acabaram por suplantar todos os cenários possíveis considerados pelas forças norte-americanas para aquele território, sendo a opção de intervenção um *flop* que transformou o país num paraíso de movimentos extremistas como a Al-Qaida ou o Daech. Também a chamada “linha vermelha” quanto ao uso de armas químicas no conflito imposta ao regime sírio de Assad sob pena de uma intervenção militar por parte desta Administração e cuja autorização presidencial para uma intervenção acabou por não ser concretizar, fez aumentar o clima de apreensão relativamente ao novo papel dos EUA que esta Administração tinha reservado para a região do Médio Oriente.

É um facto que esta Administração afastou-se da região por considerar que os seus interesses estão centrados noutras latitudes (nomeadamente na região Ásia-Pacífico), em parte porque o país deixou de estar dependente dos seus recursos energéticos mas também porque a actual presidência entendeu assumir uma postura “*leading from behind*” deixando para outros parceiros o papel de charneira na resolução dos conflitos ou partilhando a agenda dos acontecimentos (como aconteceu no caso do conflito na Ucrânia). É deste modo que o actual Presidente encara a presença dos EUA no mundo, adoptando uma liderança que chama de *realista*, escolhendo as situações onde pode realmente causar impacto, mas igualmente de *internacionalista*, que aposta no fortalecimento dos fora multilaterais de discussão e das

normas internacionais que regulam o enquadramento internacional²⁴, dando cumprimento ao discurso de posse no primeiro mandato, onde afirmou que os EUA precisavam de recuperar a credibilidade como actor global e a posição cimeira da sua economia.

Assim sendo, a competição e atendendo aos inúmeros exemplos do passado, já não se fará pela corrida às armas, pelo menos as que impliquem a destruição massiva dos povos, apesar de existirem neste século actores não-governamentais extremistas que procurem aceder a este tipo de armamento miniaturizado, não isenta o globo de novos focos de conflitualidade²⁵ a que crescem novos espaços, numa nova dimensão, esta sim sem fronteiras, como o ciberespaço ao qual se associam o peso da geoeconomia e da geofinança como factores que deverão aprofundar essas mesmas rivalidades. Serão estes os tabuleiros a condicionar a corrida das potências no futuro próximo. Está em curso a corrida aos recursos pela supremacia global. A ver vamos quem se mantém em jogo.

Bibliografia

- ARON, Raymond, *Paix et Guerre entre les Nations*, Calmann-Levy, Paris, 1962;
- BADIE, Bertrand, VIDAL, Dominique (Dir.), *Puissances D'Hier et de Demain*, Éditions La Découverte, Paris, 2013;
- BLACKWILL, Robert D., TELLIS, Ashley J., *Revising U.S. Grand Strategy Toward China*, Council on Foreign Relations Press, Council Special Report No. 72, April 2015;
- CLINTON, Hillary R., *Escolhas Difíceis*, Editora Dom Quixote, Lisboa, 2015;
- CHOMSKY, Noam, *Hegemonia ou Sobrevivência – O Sonho Americano de Domínio Global*, Editorial Inquérito, Lisboa, 2003;
- CHOMSKY, Noam, *Mudar o Mundo*, Bertrand Editora, Lisboa, 2014;
- COSTA DEUS, Ruth, *A Política Externa Americana e a Europa – Dos Primórdios ao Final do Século XX*, Editora Autonomia 27, Lisboa, 2004;
- COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, *Assessing the Iran Nuclear Accord – A Conversation with John Kerry*, July 24, 2015;
- DERRIENIC, Jean-Pierre, *Novas Guerras, Novos Efeitos ?* in Raymond Aron – A Paz e a Guerra no Século XXI, Edições Cosmos/IDN, Lisboa, 2007;
- DODGE, Toby, HOKAYEM, Emile (Editors), *Middle Eastern Security, the US Pivot and the Rise of ISIS*, in The International Institute for Strategic Studies (IISS), Routledge, London, 2014;

²⁴ Cfr. GOLBERG, Jeffrey, *The Obama Doctrine – How he's shaped the world* in *The Atlantic Review*, April 2016, p.77.

²⁵ Os conflitos do século XXI não deverão atingir uma dimensão, em meios e espaço abrangido, tal como no passado. Os países envolvidos debatem-se, hoje em dia, com problemas ao nível da disponibilidade de recursos financeiros. Deste modo, a tendência deverá ir no sentido de formar forças que possam intervir em situações confinadas a pequenos espaços, sem que seja necessário recorrer à escalada da agressão. Para tanto, será essencial equipar e preparar essas forças para intervenções que deverão centrar-se em acções ao nível tático-operacional, já que os novos conflitos aproximam-se mais do tipo de guerra de guerrilha do que propriamente do tipo de guerras gerais ou mesmo totais. Ver a este propósito LOUREIRO DOS SANTOS, José Alberto, *O Futuro da Guerra*, Nova Vega e Autor Editores, 1ª edição, Lisboa, 2014.

- ERIKSEN, Thomas H., *Globalization – The Key Concepts*, Berg Publishers, Oxford/New York, 2007;
- FRIEDMAN, George, *The Next 100 Years – A Forecast for the 21st Century*, Random House, New York, 2009;
- GOLBERG, Jeffrey, *The Obama Doctrine – How he’s shaped the world* in *The Atlantic Review*, April 2016, p.72-90;
- GOLDFARB, Zachary A., SWANSON, Ana, *13 charts and maps that make the Iran deal a little easier to understand*, WASHINGTON POST, July 14, 2015;
- HASS, Richard N., *The Age of Nonpolarity – What Will Follow US Dominance*, in *Foreign Affairs*, vol. 87, nº 3, May/June 2008;
- HOOKER Jr, R.D., *The Grand Strategy of the United States*, Institute for National Defense University, National Defense University Press, October 2014;
- HUNTINGTON, Samuel P., *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, Editora Gradiva, Lisboa, 1999;
- JARVIS, Darryl S. L., Ulrich Beck, *Globalization and the Rise of the Risk Society: A Critical Exegetic Analysis*, Lee Kuan Yew School of Public Policy, National University of Singapore, July 2008;
- KENWORTHY, Lane, *America’s Social Democratic Future*, in *Foreign Affairs*, January/February, vol. 93, number 1, New York, 2014;
- KISSINGER, Henry, *A Ordem Mundial – Reflexões sobre o Carácter das Nações e o Curso da História*, Editora Dom Quixote, 1ª edição, Lisboa, 2014;
- KISSINGER, Henry, *Diplomacia*, Editora Gradiva, 3ª edição, Lisboa, 2007;
- KISSINGER, Henry, *Precisará a América de Uma Política Externa – Para uma Diplomacia do Século XXI*, Editora Gradiva, 1ª edição, Lisboa, 2003;
- LOUREIRO DOS SANTOS, José Alberto, *Reflexões sobre Estratégia VII – Tempos de Crise*, Editores Diário de Bordo, 1ª edição, Lisboa, 2014;
- LOUREIRO DOS SANTOS, José Alberto, *O Futuro da Guerra*, Nova Veja e Autor Editores, 1ª Edição, Lisboa, 2014;
- LOUREIRO DOS SANTOS, José Alberto, *As Guerras que já aí Estão e as que Nos Esperam se os Políticos não mudarem*, Publicações Europa-América, Lisboa, 2009;
- LOUREIRO DOS SANTOS, José Alberto, *A Ameaça Global – O Império em Cheque*, Publicações Europa-América, Lisboa, 2008;
- LOUREIRO DOS SANTOS, José Alberto, *A Idade Imperial – A Nova Era*, Publicações Europa-América, 6ª edição, Lisboa, 2003;
- MARQUES DOS SANTOS, Victor, *Elementos de Análise de Política Externa*, ISCSP-UTL Edição, Lisboa, 2012;
- MARTELL, Luke, *The Third Wave in Globalization Theory*, in *International Studies Review*, 9, 173-196, Blackwell Publishing, 2007;

- MEARSHEIMER, John J., *A Tragédia da Política das Grandes Potências*, 1ª edição, Editora Gradiva, 2007;
- MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, 8ª edição, Editora Almedina, 2014;
- REIS RODRIGUES, Alexandre, *Acordo nuclear com o Irão. Temos razões para estar descansados?*, Jornal Expresso, 14 de Julho, 2015 (<http://expresso.sapo.pt/internacional/2015-07-14-Acordo-nuclear-com-o-Irao-Temos-razoes-para-estar-descansados>);
- RODELAS, Javier Redondo, *Presidentes de Estados Unidos – De Washington a Obama, la historia norteamericana a través de los 43 inquilinos de la Casa Blanca*, La esfera de los Libros, Madrid, 2015;
- RODRIGUES, Teresa, *Globalização, População e Ambiente*, Instituto de Altos Estudos, Instituto de Estudos Académicos para Seniores, Academia das Ciências, Lisboa, 25 pp., Lisboa, 2012;
- SANTOS, BOAVENTURA SOUSA, *Globalizations*, in *Theory, Culture & Society*, 23, 393, SAGE Publications, 2006;
- TOCQUEVILLE, Alexis de, *Da Democracia na América*, Relógio D'Água Editores, Lisboa, 2008;
- TOOZE, Adam, *The Deluge – The Great War and the Remaking of Global Order 1916-1931*, Penguin, 2014;
- US DEPARTMENT OF STATE, *Statement of Senator John F. Kerry, Nominee for Secretary of State*, January 24, 2013
- US DEPARTMENT OF STATE, *Strategic Plan FY 2014-2017*, April 22, 2014;
- WASHINGTON POST STAFF, *President Obama's Speech on Iran at American University*, August 5, 2015;